

## VIAGENS DE ESTUDOS

AZEVEDO AMARAL

As reformas inscritas no grande plano de remodelação dos serviços públicos, que se vem realizando por iniciativa do Presidente Getúlio Vargas, mesmo antes da organização do Estado Novo, envolvem certas inovações, cujo alcance pode ser bem avaliado em face da fisionomia que se procura dar à administração nacional. Com a criação do antigo Conselho Federal do Serviço Público Civil e, sobretudo, depois que aquele órgão se transformou no atual Departamento Administrativo do Serviço Público, operaram-se mudanças profundas, não apenas nas normas para o funcionamento da maquinaria administrativa e nos métodos de seleção do respectivo pessoal.

Aquelas transformações repercutiram em uma renovação geral do velho ambiente burocrático; e este é, por certo, aspecto de não menos relevância, no apreço da grande reforma, que as modificações concretas verificadas no funcionamento dos serviços da Nação. O servidor do Estado passou a ser na nova ordem administrativa, que tão significativamente reflete o sentido da organização nacional vigente, uma figura que contrasta acentuadamente com o tipo clássico do burocrata de outros tempos.

A carreira do funcionalismo podia ser outra encarada como uma espécie de iniciação para a aposentadoria, em que enveredavam aqueles que não se sentiam com disposição para enfrentar a luta pela vida no combate áspero da concorrência das competências e da demonstração quotidiana da capacidade. Não se me leve a mal dizer aqui que o nosso antigo funcionário era, de modo geral, um morto-vivo. Renunciando à luta e resignando-se a ter uma existência garantida em condições de mediano conforto, o burocrata de outrora enclausurava-se na sua re-

partição como uma espécie de monge, que rompia os vínculos de associação com o grande mundo que o cercava.

Afora o modesto equipamento cultural que lhe bastava para desempenhar a função, o servidor do Estado contentava-se em adquirir no próprio exercício do cargo os conhecimentos limitados e a experiência restrita que lhe bastavam para assegurar as promoções e chegar à meta da aposentadoria. Bem sei que nos quadros do funcionalismo brasileiro existiam, em número talvez apreciável, homens cuja vida intelectual prosseguia paralelamente ao cumprimento dos seus deveres oficiais. Nem ignoro também que funcionários públicos aplicavam a sua capacidade mental ao estudo dos problemas inerentes aos serviços em que se achavam integrados, trazendo inestimáveis contribuições para o seu aperfeiçoamento e para a salvaguarda eficiente dos interesses da Nação. Mas é forçoso reconhecer que os exemplos dessa categoria, embora não fossem talvez raríssimos, eram contudo casos excepcionais.

A regra geral era a esclerose intelectual, a cristalização de aptidões por vezes consideráveis dentro dos limites acanhados de uma rotina esteril e desanimadora. As cousas passavam-se por forma a criar uma ambiência, em que o funcionário acabava julgando absurdo cogitar do aumento da sua capacidade de produção e da sua utilidade para o Estado por meio de uma cultura especializada no próprio círculo das suas atividades públicas. Os homens mais inteligentes e que se sentiam atraídos pelas preocupações intelectuais iam procurar fora da órbita das suas funções oficiais o campo de aplicação das energias do seu espírito. O cargo público era para



êles apenas a fonte de modesta receita segura, que lhes permitia cuidar de outros assuntos, sem sentirem a premência de dificuldades econômicas inseparáveis das atividades intelectuais, exercidas em um país onde elas ainda não se achavam valorizadas.

Hoje bem diferente é o quadro que se nos depara, ao contemplarmos a esplêndida renovação que se opera em todos os departamentos da administração pública do Brasil. O funcionalismo não pode mais ser encarado como uma sinecura. Uma função adequada ao repouso do espírito, uma profissão aberta aos que procuram na vida a linha de menor resistência. Servir o Estado é compartilhar das responsabilidades de uma obra vasta e intensamente dinâmica de construção nacional.

A administração não é mais a aplicação maquinal de regras burocráticas estereotipadas e de passiva e sonolenta obediência à letra morta de regulamentos e aos precedentes registados pelas praxes. O aparelho administrativo tornou-se um organismo vivo e cujo dinamismo racionalmente orientado visa a solução de inúmeros e complexos problemas, que se apresentam em todos os setores da vida coletiva. Para desempenhar cabalmente os encargos de que se acham onerados, os servidores do Estado precisam não somente de uma cultura geral que os sincronize com as mais altas preocupações do poder estatal, como têm também necessidade de conhecer profundamente os métodos racionais, por meio dos quais os serviços administrativos podem multiplicar a sua eficiência e a sua capacidade de produção.

A importância dessa racionalização do funcionamento da maquinaria administrativa, que agora começa a ser percebida entre nós, já foi ha muito reconhecida em outros países. Ali, sob a influência desse novo conceito do serviço público, as preocupações de racionalização desenvolveram-se por forma a chegarem a constituir uma técnica especializada, que atingiu mesmo o nível em que já se lhe pode ser dado sem favor o qualificativo de ciência da administração, hoje usado nos Estados Unidos.

Ao lado dos conhecimentos relativos a outros ramos técnicos entrosados com o exercício das múltiplas funções incumbidas aos serviços públicos, os funcionários de hoje precisam ser especialistas no campo da técnica administrativa. Sem essa especialização não lhes será possível

desempenhar conscientemente as suas funções e obter delas o máximo rendimento em proveito do Estado.

Os esforços que ora se fazem entre nós sob a direção do Departamento Administrativo do Serviço Público vão forçosamente tendendo a generalizar nos quadros dos servidores do Estado os conhecimentos dessa nova ciência da administração. Mas é evidente que em um terreno dessa natureza ha muita coisa, sobretudo aquilo que de mais essencial existe, que não pode ser assimilada senão por uma aprendizagem prática, adquirida ao contato do funcionamento de serviços, onde os métodos novos já se acham em plena e proveitosa aplicação.

Assim, surge na educação profissional das novas gerações dos nossos funcionários públicos uma questão, de que outrora nem cogitar se podia. É imprescindível que um certo número de funcionários e notadamente de funcionários moços tenham oportunidade de ir conhecer de perto como trabalha a maquinaria administrativa nos países onde a racionalização dos serviços públicos já atingiu a sua plenitude.

As viagens de estudo adotadas em todas as profissões como meio insubstituível de completar a cultura especializada dos que a elas se consagram, tornaram-se indispensáveis à formação dos elementos de elite, que deverão ser verdadeiros instrutores da massa do funcionalismo, difundindo nela conhecimentos práticos sobre os novos métodos de administrar. Ha muito que o nosso Governo faz com que regularmente oficiais das forças armadas permaneçam algum tempo nos países onde mais aperfeiçoada é a organização dos serviços militares, navais e aéreos. Urge fazer o mesmo em relação ao funcionalismo civil.

Um estágio no estrangeiro, proporcionando aos nossos funcionários, particularmente aos que se acham no início da carreira, conhecimento direto e prático dos mais aperfeiçoados métodos de administração e de organização dos serviços públicos, é medida que se impõe como complemento insubstituível das reformas que aqui se realizam. Não será difícil ao Governo conseguir que os nossos funcionários encontrem facilidades para o estudo direto e prático da moderna técnica administrativa nos países que podem ser considerados modelares sob esse ponto de vista, como os Estados Unidos, a Inglaterra, a Alemanha e a Itália.



Conforme a natureza especial das funções do servidor do Estado, seria êle encaminhado para o país onde esse ramo da administração estivesse mais adiantado e aperfeiçoado. A barreira das línguas não seria obstáculo, porque a perspectiva do estágio no estrangeiro bastaria para estimular entre os funcionários o desejo de aprender os idiomas, cujo conhecimento lhes permitisse serem escolhidos para as viagens de estudos. E o interesse de tais viagens seria tanto maior,

quanto evidentemente os conhecimentos nelas adquiridos viriam a constituir um elemento valioso para a carreira ulterior do funcionário.

O onus financeiro, porventura resultante para o Estado, da permanência de funcionários no estrangeiro seria positivamente insignificante, quando comparado com as vantagens de todo gênero que as viagens de estudos trariam para o aperfeiçoamento e maior eficiência dos serviços da Nação.